
Reconfiguração dos espaços públicos: o caso do Rio de Janeiro como representante do novo “fazer” urbano

EURAU'12

ABSTRACT. This article has as its objective an analysis of the potential of public space in the consolidation of human life, investigating how the new forms of conceiving these areas has contributed to a relative emptying of communal life. To explore this idea, we identify how urban exigencies, as well as new habits, elevate the degree of individualism in human life and the mercantilization of physical space, creating less public and more surveilled spaces. Exploring this theme in the local context, we examine the city of Rio de Janeiro, which stands out for its active process of remodeling in preparation for a series of upcoming mega-events, in an attempt to forge a new image of the Brazilian people and the “Marvelous City” in order to sell the events. In this way, we seek to identify how these spaces signifies a loss of the city's traditional functions, leading towards a fragmentation of the collective imaginary and creating new divisions of urban space.

KEY WORDS: public space, individuals, semiological network, neo-liberal policies

Grasiele Márcia Magri Grossi*

**Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense.*

Rua Passo da Pátria 156, bloco D, São Domingos, Niterói – Brasil.

grasidaher@yahoo.com.br

1. Espaço público: potencialidades e significações

Tomando as cidades como fruto das interações sociais e somatório de suas composições históricas, o estudo do espaço público se destaca como palco de plena ação da vida humana. Esses locais, dotados em muitas vezes, de carga afetiva e simbólica, configuram-se como pontos de aproximação, contato e espacialização da vida pública, essenciais para consolidação do espaço urbano.

Bauman (2001) destaca a importância dos espaços públicos dentro das cidades como “espaços civis”, ou seja, são os lugares onde a vida em comunidade acontece, onde se apresenta a prática da civilidade. Citando Sennet (apud BAUMAN, 2001. 111), “uma cidade é uma assentamento humano em que estranhos têm chance de se encontrar”. Cabe então a esses locais, possibilitarem que estranhos saiam dessa condição, ou pelo menos, que se vejam, que aconteça esse mínimo instante de contato.

Segundo Sennet (apud BAUMAN, 2001. 111), a civilidade é um tipo de atividade muito especial e sofisticada que a vida urbana proporciona, protegendo uma pessoa das outras, através de uma máscara, que permite estarem juntas. O exercício da civilidade depende da interação entre indivíduos e portanto, carece de áreas públicas para acontecer.

Qualificando a abordagem, soma-se a rede semiológica dos lugares, que atribui relações de significado e afetividade aos mesmos e garante a representação de sociedades segundo sua organização e cultura, efetivadas de forma coletiva. Choay (1975) analisa as cidades sob o ponto de vista semiológico, considerando o cenário urbano como elemento dotado de significados, onde a estrutura da sociedade conforma suas representações culturais. A autora denomina esse sistema de significações sociais como *hipersignificantes*, identificando-os como elementos que constituem um comportamento global, incluindo reações mentais e espirituais dos indivíduos na apropriação dos espaços, e que demonstram a riqueza e abundância de signos que podem ser atribuídos.

Assim, cada grupo social cria uma relação simbólica e afetiva com seus locais de morada. A representação dos espaços passa a fazer parte da história dos indivíduos, agregando valores ligados à política, religião, conhecimento, aspectos físicos, entre tantos outros que delineiam a ocupação. Analisadas as múltiplas representatividades dos espaços, eles assumem outros significados, atingindo meios que ultrapassam suas potencialidades originais para alcançar pontos metafísicos, criando relações afetivas, mentais e subjetivas dentro de cada pessoa que desfruta do mesmo.

Remontando brevemente a relação temporal entre os indivíduos e espaço físico a partir da visão de Foucault (2004), a Antiguidade tem sua constituição como expressão máxima da vida pública, tornando acessível aos homens usufruírem dos templos, teatros, da Ágora, predominando a vida em sociedade, com uma intensidade de festas e rituais onde os homens formavam um corpo único, uma comunidade. Na Idade Média, a vida em sociedade também é afirmada, seja através da Igreja, das praças, castelos e mesmo dos rituais de suplício. No entanto, após a Revolução Industrial a instituição de novos modos de vida e produção, bem como a difusão da “espacialização do poder” levam à individualização da vida humana e à perda gradual do valor dos espaços públicos. Hoje essa situação é ainda mais inquietante.

A análise de alguns tecidos urbanos permite concluir que as áreas públicas têm suas funções desgastadas, dentro de um cenário caótico e distante, onde a sensação de pertencimento é substituída pelo medo e as conexões passam a ser virtuais. O descaso e a insegurança pública conduzem ao medo generalizado da população, contribuindo para o esvaziamento desses locais, que se tornam “zonas mortas” dentro das cidades ou passam a ser alvos dos dispositivos de controle. Desse modo, tanto o convívio entre indivíduos – civilidade – quanto à relação dos mesmos com seus locais de vivência, são prejudicados, conduzindo os sujeitos ao enclausuramento em suas casas, ou áreas específicas dentro da cidade.

A prática urbanística de cunho neoliberal, muito presente na cena urbana contemporânea, tende a definir espaços militarizados e “seguros”, reconfigurando áreas degradadas, definindo lugares que se destinam a poucos e que se transformam objetos do consumo. O espaço mercantilizado e vigiado expressa uma perda conceitual de suas antigas funções e significados, levando à desfragmentação do imaginário coletivo e ao distanciamento entre homem e espaço físico.

Além da inserção de barreiras sobre os modos de apropriação espacial e a degradação do exercício da civilidade, desconstrói-se uma rede de signos que regia as relações afetivas e emocionais com os lugares. Desfrutar das potencialidades do meio urbano passa a ser muito mais uma prática individual do que em comunidade, onde se rejeita a função social do espaço urbano em favor de novos paradigmas. Resumidas as possibilidades de compartilhar a vida pública, os espaços se tornam lugares menos civis, menos públicos.

2. Reconfiguração da esfera pública: nos rumos das políticas neoliberais

As mudanças avindas da Revolução Industrial provocam alterações profundas no modo de espacialização da vida urbana assim como na apropriação individual perante o mesmo. Nessa fase de expansão e consolidação do capitalismo, uma série de parâmetros se impõe, estabelecendo-se nova função para o espaço físico e definindo formas de poder sobre ele, como garantia do controle e manutenção das relações de produção (FOUCAULT, 2004). Não podemos afirmar que até então o espaço não era vítima das relações de poder, entretanto, após o século XVIII, essa proporção se desequilibra, tomando as arquiteturas e o tecido urbano como instrumento primordial para se estabelecer as relações de dominação – *panoptismo*. Numa análise geral, o espaço físico deixa de ser palco das interações humanas e se torna um instrumento para a imposição da ordem vigente. A política se desloca à vida do indivíduo e passa a regê-lo, garantindo um controle eficaz e constante, através do modelo disciplinar.

Seguindo essa análise, o capitalismo de acumulação caminha a passos largos, ganhando força no pós-guerra através do sistema fordista-keynesiano e do estabelecimento de um Estado de bem-estar social (HARVEY, 1992). Entretanto, as mudanças econômicas, políticas e sociais advindas da década de 1970 acabam por instaurar uma nova dinâmica capitalista. Os Estados Unidos, país que domina a cena mundial, começa a sofrer abalos econômicos devido aos gastos militares, ao acirramento da concorrência com outros países e à elevação da inflação. Como solução, desenvolveu-se uma economia mais fluida e dinâmica, capaz de se ampliar e se adaptar às oscilações do mercado. Além disso, a base dessa liquidez estaria garantida pela ação do Estado, grande provedor. Instaura-se uma nova fase, que rompe o Estado de bem-estar social, propondo um momento de incertezas, competição, especialização, capacitação constante, adaptação, e, é claro, a manutenção da ordem capitalista com seus modos de exclusão.

Soma-se a isso a difusão de novas tecnologias e mídias, e a defesa do fenômeno da globalização como algo inexorável para a definição de cidades globais (BIENENSTEIN, 2001).

No campo da arquitetura, os preceitos do movimento Moderno são botados em xeque, afirmando-se uma nova temporalidade também na área das artes e representações, através dos ideais pós-modernos. Substituindo a universalidade do projeto modernista, a cidade é marcada por soluções pontuais, e ao fim do Estado de bem-estar social, tem-se a noção de cultura, apropriada pelas políticas dominantes como forma de suprir carências e criar um falso ideal de igualdade.

Tomando exemplos de cidades no mundo todo, Guirardo (2009) aponta para a reestruturação da esfera urbana, destacando a tendência à proliferação de espaços menos públicos e mais específicos, através de modelos que incentivem o consumo de massa e estabeleçam um espaço controlado. Segundo a autora, a *Disneylândia* é tomada como inspiração em muitos projetos, representada como modelo de espaço público que é perfeitamente administrado e controlado, além do forte símbolo de consumo e do encanto da imagem vinculada. No modelo fantasiado do panoptismo de Disney, expressa-se a “tirania da felicidade e o consenso planejado” (GUIRARDO, 2009. 70).

Somado a isso, os *shopping centers* se afirmam como a nova expressão do espaço público, trazendo a sensação de refúgio e segurança. Os templos de consumo, incentivados pela vinculação entre miséria e violência expressas pelas ruas, passam a forjar novas formas de sociabilidade através da *espetacularização*. Segundo Bauman (2001), estes se configuram como lugares *fágicos*, que devoram os indivíduos, fazendo-os ingerir uma realidade, e que se constituem portanto, em locais da não-civilidade. Para ele “os lugares de compra/consumo oferecem o que nenhuma “realidade real” externa pode dar: o equilíbrio quase perfeito entre liberdade e segurança” (BAUMAN, 2001. 116), buscando o que não encontram fora dos mesmos, o falso ideal de pertencerem a uma comunidade.

Além dessa tipologia arquitetural, os centros históricos, museus e outras edificações culturais são apropriados pelas políticas dominantes, tornando-se mercadorias e objetos do “espetáculo”. Confirmando a nova lógica, arquitetos famosos vinculam seus nomes a esses projetos, legitimando-os.

A visão de Davis (1993) a partir do cenário de Los Angeles aponta para destruição do espaço público acessível e ao apelo pela segurança – vigilância e polícia privada – estendendo as ações de um controle visível e invisível ao espaço. Segundo o autor, há uma morte da “visão olmstediana” de espaço público (DAVIS, 1993. 207-8), concebida a partir da mistura de classes e etnias em locais comuns. Essa concepção reformista da esfera pública se torna algo obsoleto frente à tendência de definição zonas segregadas e preferenciais dentro do espaço urbano.

Em Los Angeles, era uma vez um quase-paraiso de praias livres, praias luxuriantes e “pistas de passeio”, o espaço público genuinamente democrático está quase praticamente extinto. (DAVIS, 1993. 208)

Assim, nota-se como é forjada uma nova espacialidade da esfera pública voltada aos interesses daqueles que estão no poder. Antigos valores, essenciais à experimentação da vida em comunidade, são expurgados em uma gama de casos ao redor do mundo. Apesar disso, vale ressaltar a vitalidade de vários espaços tradicionais, devidamente incorporados à vida urbana, bem como um número relevante de projetos – Holanda, Inglaterra, Itália e outros – que tendem a uma apropriação mais democrática e coerente dos espaços públicos, buscando a interação entre pessoas e a preservação do seu patrimônio afetivo e construído (VARGAS, et al., 2009. 13).

3. O Rio de Janeiro dentro da perspectiva neoliberal de construção do espaço urbano

O Rio de Janeiro tem um destaque particular na história brasileira. A riqueza de cenários naturais, somado à efervescência econômica, social, política e cultural, marcam a cidade como um dos locais mais representativos do país e mais conhecidos do mundo. Essa pluralidade também é pontuada pelas disparidades e contrastes sociais, o que configura uma imagem de múltiplos significados. Porém, as práticas político/econômicas atuais, vem implementando um processo de remodelamento urbano que tende a criar uma nova ambiência, na busca pela “eliminação da pobreza” e venda de uma imagem de cidade próspera e capaz.

Essa visão ganha alcance desde a década de 1990, com a gestão do então prefeito César Maia, que pretendia enquadrar o município na nova dinâmica capitalista (BIENENSTEIN, 2001). Além das medidas de desenvolvimento voltadas ao planejamento estratégico, a busca pela inserção de megaeventos esportivos e culturais aponta-se como grande oportunidade para legitimação da nova ordem, almejando atrair pessoas, investimentos e inserir o país dentro do eixo global. Desde então, formou-se uma coalização de diversos atores – poder municipal, estadual e federal, aliados à iniciativa privada – dispostos a apoiar essa fórmula de desenvolvimento, culminando com a realização dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007 – evento menor que serve de vitrine – e a vitória do país para sediar a Copa do Mundo de Futebol 2014 e do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos 2016.

Aponta-se a flexibilização de um projeto de modernização que vislumbra inserir o país dentro da globalização. O Rio de Janeiro, cidade de grande projeção internacional e palco de grandes eventos, tem se caracterizado por esse processo de empresariamento urbano, que busca requalificar sua imagem e afirmar-se enquanto cidade global.

Posto isso, vem se desenhando um processo de remodelamento urbano que, justificado pela ocorrência dos Jogos, legitima qualquer ordem de intervenção espacial e social, escondendo objetivos escusos. O poder age de forma assimétrica dentro dos espaços, contrariando a lógica de união dos povos, promovidas por tais eventos e proliferando um *estado de exceção* na construção da cidade olímpica, que segrega, exclui, polariza, desapropria e aumenta as desigualdades (SÁNCHEZ, et al., 2011).

Como estratégia de ação do projeto neoliberal, a construção imagética ganha um alcance primordial. A necessidade de se unificar a cidade, patrificando e eliminando os dissensos, são instrumentos essenciais. No que tange a promoção dos Jogos, em primeiro lugar, é necessário que esse sentimento patriótico e de unidade dos povos comova toda a população, para que aja uma adesão massiva ao projeto. Além disso, é preciso vender ao mundo uma representação positiva do país. A legitimação da imagem vem de uma simplificação do *ethos*, do modo de vida carioca como povo feliz e da ideia de “Cidade Maravilhosa”, apagando os vestígios negativos. A produção de uma imagem oficial da cidade, veiculada pelos documentos e pela mídia, são fatores determinantes para atrair investimentos externos e garantir a adesão social interna (SÁNCHEZ, et al., 2011).

Outro fenômeno que ganha destaque na produção do espaço, refere-se à reconfiguração da esfera urbana através da inserção de megaprojetos culturais e iniciativas de revitalização de áreas degradadas para vender uma imagem renovada ao turismo – lógica advinda das experiências norte-americanas a partir dos anos 50. O espetáculo é adotado como estratégia de construção do espaço público, visando atrair investidores e turistas.

No lugar desses territórios tidos como “degradados”, ou “subutilizados”, propõe-se, agora, uma “cidade- espetáculo”, cenário e vitrine para o consumo, onde megaprojetos atuam como vitrines publicitárias da renovação, tentando despertar orgulho e a adesão dos cidadãos e pretendendo neutralizar os muitos conflitos sociais. (PASSOS et al., 2011. 04)

Pontuando a questão, a Zona Portuária do Rio de Janeiro torna-se alvo principal das ações de revitalização. Objeto de intervenções anteriores surge um novo projeto de “reabilitação”, alavancado após o anúncio dos Jogos, o Projeto Porto Maravilha (Fig. 01). Este prevê uma série intervenções urbanísticas (rede viária, saneamento), além da implantação de área comercial, lazer, residencial, institucional, turismo, hotelaria e centros culturais. Destaca-se ainda a inserção de edificações que servirão aos Jogos Olímpicos 2016 – centro de mídia não credenciada e vila para mídia e árbitros. Toma-se como modelo os projetos do Puerto Madero (Buenos Aires), o projeto Olímpico de Barcelona (1992) e as Docklands de Londres.

Figura 01



Entretanto, o que se pode observar é que o projeto, pautado nas ações de parcerias público privadas (PPP), rende a região à lógica do mercado garantindo os interesses de poucos através da flexibilização das leis de uso e ocupação do solo “para incentivar a captura do espaço pelas grandes empresas inseridas no fluxo internacional de capital e informação” (PASSOS et al., 2011). Através da venda de CEPACs – Certificado de Potencial Adicional Construtivo – é permitida a construção acima dos gabaritos definidos, bem como o adensamento da região. Em paralelo, a valorização imobiliária pode ser sentida desde já, promovendo processos de *gentrificação*, diluição de uma rede social diversificada e a privatização do espaço.

Além disso, há a inserção de “empreendimentos âncora”, grandes projetos culturais considerados como instrumentos essenciais da “renovação” (Passos et al., 2011). O principal equipamento cultural a ser instalado na região é o Museu do Amanhã (Fig. 02), projeto assinado por Santiago Calatrava, fato que não é mero acaso. Outro equipamento de destaque é o Museu de Arte do Rio – MAR (Fig. 03), a ser implantado em duas edificações, sendo uma tombada – Palacete D. João VI.

Figura 02



Figura 03



Percebe-se que o projeto propõe um novo estereótipo para a área, eliminando as múltiplas diversidades e efervescências desse sítio urbano. A essência local, caracterizada por um espaço de diversidade histórica, cultural, social e étnica, berço do samba – no Morro da Conceição – e lugar da primeira favela da cidade – o Morro da Providência – é anulada e espetacularizada. É fato que a Zona Portuária apresenta espaços subutilizados e degradados, necessitando de intervenções, no entanto as ações em vigor apontam rumos diversos à identidade local.

Na Lapa, região característica do centro histórico da cidade, essa dinâmica também pode ser sentida – apesar de intervenções com caráter diferenciado, como o Projeto Corredor Cultural, da década de 1980 (VARGAS, et al., 2009. 79). A escolha do local como expressão da cultura carioca é apropriada e reduzida através de políticas de revitalização e marketing urbano (Fig. 04). Os projetos atuais têm como intenção ordenar e controlar o espaço, antes reduto da malandragem, boemia e gente humilde. O “choque de ordem” e a mercantilização da imagem urbana, pretendem a domesticação do espaço e a venda aos turistas, alavancando, ainda, processos de *gentrificação* e especulação imobiliária. Através das intervenções, há uma tendência à petrificação e museificação da Lapa que ameaçam destruir a diversidade local (Guterman, 2011). Assim se constrói o bairro mais carioca do Rio de Janeiro, desenhando a nova fantasia coletiva da paisagem urbana – assepsia, segurança e “civilidade” – onde os usuários se tornam espectadores dessa nova urbanidade.

Figura 04



É possível também estabelecer um paralelo com a situação dos estádios que estão sendo construídos para a Copa do Mundo de Futebol 2014 (Fig. 05). Símbolos e templos de uma das maiores paixões brasileiras, os estádios passam a receber uma nova concepção, deixando de ser uma casa do povo para agregar múltiplas funções e se transformar em local para eventos. O enorme capital público empregado, não garante o acesso da população como um todo, visto que serão cobrados ingressos a preços inacessíveis, além de entregar os lucros provenientes de tais eventos à iniciativa privada, responsáveis pelas bilheterias.

Figura 05



Através desse conjunto de ações, nota-se como os megaeventos são configurados de forma a assegurar os lucros e manter o *status quo* das forças dominantes, delineando uma “cidade ideal” e mercantilizada. Frente a isso estão as populações e áreas pobres da cidade, que são excluídas dos processos de intervenção urbana, removidas das áreas de interesse e passam por um estágio civilizatório dentro da nova urbanidade. Além da segregação e criminalização da pobreza – vista como um mal a ser temido e combatido – a consolidação de uma imagem de cidade acaba por perpetuar os padrões de dominação e estratificação social, reduzindo e cristalizando a semântica urbana, estetizada, parcial e excludente.

4. Considerações finais:

Tomando como foco os processos de intervenção urbana suggestionados pela óptica neoliberal, conclui-se que a diluição das potencialidades do espaço público face as pressões do capital acabam por alterar a vitalidade do espaço urbano, manipulando as formas de experimentação e significância adquiridas pela relação entre homem e lugar. A definição de uma nova atmosfera cidadina contribui para a divisão geográfica e étnica, proliferando ordens de controle e confinamento dos espaços coletivos.

Toda essa rede de poder que recai sobre as cidades desconsidera a urbanidade e vitalidade local e acaba por produzir espaços caóticos e descontínuos, que de certa maneira irão conduzir os indivíduos a uma perda da noção de pertencimento, de identidade, de significação, de coletividade e de espaços públicos, inserindo-os numa rede do virtual, do global, do consumo e do individualismo.

Através do exemplo do Rio de Janeiro, pode-se notar como é forjada uma nova ambiência urbana, objetivando mascarar as discrepâncias e criar um novo estereótipo de cidade, utilizando megaeventos culturais e esportivos para atrair pessoas e capital, a fim de consolidar a posição do país dentro do mundo globalizado e tornar a cidade mais competitiva.

Essa empreitada, que vem sendo desenhada na cidade desde a década de 1990, utiliza a esfera pública como alvo da reconfiguração urbana, desconsiderando e

diluindo a rede semiológica e a multiplicidade cultural, histórica e social de regiões inteiras, em favor de interesses minoritários. Como consequência direta, o espaço público mercantilizado, tem suas funções originais revertidas, expressando um quadro de espetacularização, privatização, militarização, *gentrificação*, remoções e ofuscamento dos conflitos – consenso planejado. Assim, as diferenças e a pobreza se agudizam no cenário urbano, proliferando a ordem do capital e do controle sobre os indivíduos e o espaço.

Portanto, faz-se necessário repensar as práticas atuais de planejamento urbano, refletindo sobre o modelo de cidade e de sociedade excludente que mais uma vez se afirma através das ações do poder. É preciso reconhecer as potencialidades dos espaços públicos dentro do processo de definição das cidades contemporâneas, convertendo as ações em prol da vida em comunidade e da constituição de espaços verdadeiramente civis, democráticos.

5. Legendas:

Figura 01: Placa indicativa das obras do projeto “Porto Maravilha” na Praça Mauá. Disponível em <URL: http://www.portomaravilha.com.br/web/fotos/praca_maua.aspx>; acessado em 22/06/2012.

Figura 02: Museu do Amanhã – Píer Mauá. Disponível em <URL: http://www.portomaravilha.com.br/web/fotos/museu_amanha.aspx>; acessado em 22/06/2012.

Figura 03: Museu de Arte do Rio (MAR) – Praça Mauá. Disponível em <URL: http://www.portomaravilha.com.br/web/fotos/praca_maua.aspx>; acessado em 22/06/2012.

Figura 04: Projeto Lapa Legal. Disponível em <URL: <http://www.prograd.uff.br/sensibiliza/projeto-lapa-legal-vai-garantir-acessibilidade-aos-espacos-publicos>>; acessado em 05/06/2012.

Figura 05: Projeto para a Copa do mundo de 2014 do Estádio Jornalista Mário Filho, Maracanã, Rio de Janeiro. Disponível em <URL: <http://viagemnoticia.blogspot.com.br/2011/03/imagens-do-novo-maracana.html>>; acessado em 05/06/2012.

6. Referências:

AGAMBEM, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BIENESTEIN, Glauco. *Globalização e Metrôpole - A Relação entre as Escalas Global e Local: O Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Anais IX ENANPUR, 2001.

CARLOS, Cláudio Antonio S. Lima. *Una mirada crítica a la zona portuária de Rio de Janeiro*. Bogotá: Bitácora 17, 2010.

CHOAY, Françoise. *Urbanismo y Semiologia*. Madrid: H. Blume, 1975.

- DAVIS, Mike. *Cidade de Quartzos*. São Paulo: Ed. Página Aberta, 1993.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.
- GUIRARDO, Diane. *Arquitetura Contemporânea – Uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- GUTTERMAN, Bruna da Cunha. *Um olhar múltiplo sobre a fotografia dos garis da Lapa – Provoações, desabafos e impressões na Brand Lapa carioca*. Anais XIV ENANPUR. Rio de Janeiro, 2011.
- HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HARVEY, David. *Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio*. Espaço & Debate, nº39, 1996.
- PASSOS, Flora; SÁNCHEZ, Fernanda. *Por um porto (in)corporado: políticas urbanas e territórios culturais na zona portuária do Rio de Janeiro*. Anais XIII Encuentro de Geógrafos de América Latina, Costa Rica, 2011.
- SÁNCHEZ, Fernanda; HERDY, Fabrícia; SANTOS, Rosane; GOMES, Talita. *Rio 2016: O Projeto Olímpico e sua Economia Simbólica*. Anais XIV ENANPUR, Rio de Janeiro, 2011.
- VARGAS, Heliana Comim; CASTILHO, Ana Luiza Howard de. *Intervenções em centros urbanos: objetivos estratégias e resultados*. Barueri – SP: Manole 2009.

7. Biografia

Grasiele Márcia Magri Grossi é arquiteta e urbanista graduada pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF – Brasil). Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (PPGAU/UFF – Brasil). Pesquisadora associada ao Laboratório Globalização e Metrópole (Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano – GPDU/ UFF).